



**AO DOUTO JUÍZO DA 26.^a VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES
JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA
DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ**

Processo n.º 0003010-24.2024.8.16.0185

CREDIBILITÄ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA., nomeada Administradora Judicial no processo de Recuperação Judicial em epígrafe, em que são Recuperandas as sociedades empresariais **NEXT DISTRIBUIDORA COMÉRCIO, TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA.** e **SG CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

A Administradora Judicial informa que, em 30 de abril de 2025, às 13h30, conforme edital de convocação constante no mov. 206, compareceram e se reuniram, de forma virtual, em Assembleia Geral de Credores, em 1.^a convocação, os credores constantes da lista de presença anexa. O ato foi realizado em plataforma online e foi transmitido via *streaming* pelo *website* *YouTube*¹, estando à disposição dos interessados.

¹ <https://youtube.com/live/hUPoM-JeZf4?feature=share>





Na forma do art. 37, §2º, da Lei 11.101/2005, que dispõe que “a assembleia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe (...)”, o ato foi **instalado** com o atendimento do quórum previsto em lei.

Ainda, informa que, após os procedimentos e esclarecimentos iniciais, os credores votaram e **aprovaram** o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, conforme quórum abaixo colacionado:

Laudo de Votação		
GRUPO NEXT - 1ª Chamada 30/04/2025		
Curitiba/PR, 30/04/2025		
aprova o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas? - Plano de recuperação		
Total Geral		
Total SIM:	15 (83.33%) de 18	6.115.501,00 (57.13%) de 10.703.817,54
Total NÃO:	3 (16.67%) de 18	4.588.316,54 (42.87%) de 10.703.817,54
Total Abstenção:	0 (0%) de 18	0,00 (0%) de 10.703.817,54
Classe I - Trabalhista		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	1 (100%)	8.326,07(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	1	8.326,07
Classe III - Quirografário		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	9 (75%)	6.086.898,34(57.02%)
Total NÃO:	3 (25%)	4.588.316,54(42.98%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	12	10.675.214,88
Classe IV - Microempresa		
	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	5 (100%)	20.276,59(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	5	20.276,59



Faz parte constante da Ata ora anexada as ressalvas expressas dos credores que estavam presentes ao conclave, o Laudo de Credenciamento (lista de presença) e o Laudo de Votação.

ANTE O EXPOSTO, requer a apresentação dos documentos anexos, colocando-se à disposição deste d. Juízo para quaisquer informações e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Termos em que requer deferimento.

Curitiba, 2 de maio de 2025.

Alexandre Correa Nasser de Melo
OAB/PR 38.515

Ricardo Andraus
OAB/PR 31.177



SM



FS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES

AS

LO

LD

DA

TM

MD

Aos **30 de abril de 2025**, às **13h30**, em razão do processo de Recuperação Judicial de autos n.º 0003010-24.2024.8.16.0185 (Projudi TJ/PR), em que são Requerentes as sociedades empresárias NEXT DISTRIBUIDORA COMÉRCIO, TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 19.960.967/0001-43 e SG CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 23.376.978/0001-58, por ordem da Dra. Mariana Gluszcynski Fowler Gusso, excelentíssima Juíza de Direito da 26.^a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR, conforme edital de convocação constante do mov. 206 do processo supracitado, compareceram e se reuniram, de forma virtual, em Assembleia Geral de Credores, em **1.^a CONVOCAÇÃO**, os credores constantes da lista de presença anexa, encerrada no momento do início dos trabalhos, que integra a presente ata.

Na forma do art. 37 da Lei 11.101/2005, a presente assembleia geral de credores é presidida por SUZANA VALENZA MANOCCHIO, advogada da CREDIBILITÀ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA., empresa nomeada Administradora Judicial do processo recuperacional das Recuperandas.

Para fins de esclarecimento aos credores e interessados, a Presidente informou que o quórum de votação será aquele constante na lista de credores do art. 7º, §2º, da Lei n.º 11.101/2005, considerando as impugnações e habilitações de créditos judiciais já julgadas e eventuais liminares concedidas no processo, bem como as cessões de crédito constantes do processo recuperacional.

Iniciado o ato, a Presidente da Assembleia informou aos presentes que o ato está sendo gravado em áudio e vídeo, bem como transmitido via *streaming* no website YouTube, por meio do link <https://youtube.com/live/hUPoM-JeZf4?feature=share>.

Ainda, na forma do art. 37 da Lei 11.101/2005, a Presidente convocou um dos credores presentes para secretariar a ata, tendo sido nomeado o Dr. Fellipe Thiago Maximo, representando o Banco Bradesco S/A. Outrossim, foram



SM



FS

AS

convocados, nominalmente, dois credores de cada classe para assinar como representantes, na forma do §7º, do art. 37 da 11.101/2005, os quais seguem qualificados ao final, com exceção da Classe I, que possui um único credor listado no processo, e ressaltando também a inexistência de credores na Classe II.

Na forma do art. 38, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, a Presidente informou que não há créditos em moeda estrangeira.

LO

A Presidente ressaltou o disposto no art. 43 da Lei 11.101/2005 realizando a leitura do artigo e solicitando que, se houvesse alguém que se enquadrasse na situação, se identificasse para as anotações correspondentes.

LD

Anota-se que não houve qualquer manifestação.

A Presidente solicitou a exibição do quórum de instalação e realizou a leitura do art. 37, § 2º, da Lei 11.101/2005, que dispõe que *“A assembleia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número.”* O quórum de presentes foi exibido e a Presidente declarou instalada a Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação.

DA

Foi realizada a leitura do edital de convocação dos credores, constante do evento 206 dos autos recuperacionais pela Dra. Maria Eduarda Cruz.

MD

Foram todos os presentes cientificados que a ordem do dia da Assembleia é a votação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) apresentado pelas Recuperandas no mov. 184.2 dos autos recuperacionais, bem como a eventual constituição de Comitê de Credores.

Esclarecidas as formas de solicitação do uso da palavra, ressalvas e manifestações, a Presidente da Assembleia passou a palavra aos representantes das Recuperandas, Dr. Fernando Augusto Sperb, advogado inscrito na OAB/PR sob n.º 22.997, e Sr. Fábio André Meneghini, consultor, inscrito no CPF/MF sob n.º 031.439.169-07, que fizeram breves considerações sobre a apresentação do Plano

SM



FS

de Recuperação Judicial apresentado e solicitaram o prosseguimento do ato para votação.

Encerrada a exposição das Recuperandas, a Presidente questionou aos credores se havia algum interessado em fazer o uso da palavra, não havendo manifestação de nenhum credor.

LO

Foi então realizada a votação para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, devendo os credores responderem a seguinte pergunta: "Você aprova o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas?", votando "sim" para a aprovação e "não" para a não aprovação do PRJ, podendo ainda abster-se. Após os esclarecimentos pela Assemblex sobre o sistema e forma de votação, foi solicitado que os credores que votassem conforme indicado.

LD

DA

A Presidente exibiu o resultado da votação, que será anexado à presente Ata.

Na forma do art. 45 da Lei 11.101/2005, registrou-se que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores, com percentuais que foram lidos, na forma do laudo de votação anexo.

TM

Em seguida foi solicitado se os credores tenham interesse na constituição do Comitê de Credores, nos termos do art. 26 da Lei 11.101/05, não tendo havido qualquer manifestação.

MR

Foi realizada a leitura da Ata, que foi aprovada por todos os presentes, e que segue assinada na forma prevista na Lei.

A Presidente solicitou a presença dos credores já previamente convocados para a assinatura da Ata e foram encerrados os trabalhos.

Administração Judicial

CREDIBILITÄ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA.
Suzana Valenza Manocchio



SM



FS

OAB/PR 30.544

Recuperanda

NEXT DISTRIBUIDORA COMÉRCIO, TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. e outra

Fernando Augusto Sperb
OAB/PR 22.997

LO

Secretário

BANCO BRADESCO S/A

Fellipe Thiago Máximo
OAB/PR 64.884

LD

Classe I

LEANDRO LANÇONI DE OLIVEIRA

Leandro Lançoni de Oliveira
CPF/MF 057.598.289-67

DA

TM

Classe III

BLOKTON EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A

Luciano Soares Pereira
OAB/PR 22.959

MR

FROOTY COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A

Douglas Fernandes de Azevedo
OAB/SP 366.432



SM



FS

Classe IV

Tuliana M

M10A CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Tuliana Lages Maciel

CPF/MF 007.331.590-79

LO

Marcia R

SPRADA & ROSSETIM CONTADORES ASSOCIADOS S.S

Márcia Cristina Sprada Rossetim

CPF/MF 610.798.399-68

LD

DA

TM

MR



SM



FS

AS

RESSALVAS DOS CREDITORES

1. BANCO BRADESCO E SEU CONGLOMERADO (Dr. Fellipe Thiago Maximo – OAB/PR 64884):

LO

O Banco Bradesco e seu conglomerado discorda das condições do plano de pagamento apresentado, discorda igualmente do elevadíssimo deságio proposto e demais condições apresentadas, quais contrariam o previsto na lei 11.101/2005.

LD

Conforme previsto na Lei 11.101/2005 as garantias pessoais e reais ficam preservadas, ou seja, o direito do credor em buscar o recebimento de seu crédito em face das garantias contratuais e dos coobrigados/avalistas/devedores solidários ficam preservados e qualquer cláusula contrária deve ser declarada nula pelo D. Juízo face o controle de legalidade do plano, como é o caso da cláusula 7.2, 7.3, 7.4 não havendo que se falar em novação da dívida para essas garantias, conforme previsto no art. 49, § 1.º e 3º, e art. 59 da lei 11.101/2005.

DA

TM

Igualmente não deverá ocorrer a extinção e/ou suspensão das ações e/ou cobrança dos coobrigados/avalistas/devedores solidários e das garantias, como previsto nas cláusulas 7.2, 7.3, 7.4 sendo a mesma nula, não havendo que se falar em novação da dívida para essas garantias, conforme previsto no art. 49, § 1.º E 3º, e art. 59 da lei 11.101/2005, bem como será mantido os protestos e restrições em face dos mesmos.

MR

O descumprimento do plano já no vencimento da primeira parcela pode ensejar sua falência e/ou a possibilidade da execução do plano pelo credor, não havendo que se falar em nova assembleia de credores ou aguardar o vencimento de parcelas, nos termos dos artigos 73, inciso IV e 94 da lei 11.101/2005.



SM



FS

Poderá incidir IOF na contabilização das operações, na forma da legislação vigente, qual deve ser arcada pelas Recuperandas, cujo valor é devido ao Estado.

AS

A Recuperanda caso queira alienar seus ativos, deve o fazer na forma do art. 142, inciso I, da Lei 11.101/2005, sendo que o Banco Bradesco e seu conglomerado, se reservam ao direito de não anuir em provável alienação de bens alienados ou gravados com hipoteca em seu favor, conforme previsto no art. 50, § 1.º, da Lei 11.101/2005.

LO

É nula a cláusula 7.10, onde não há que se falar em devolução de valores recebidos, uma vez que se houve pagamento e/ou acordo seja pela recuperanda, seja por avalistas/sócios/devedores solidários, este deve prevalecer ao disposto no plano, qual é plenamente valido o pagamento/acordo realizado. Havendo pagamento, deverá haver tão somente o desconto do valor recebido do saldo devedor a ser pago ou no caso de pagamento integral, ser excluído o credor da recuperação.

LD

DA

Deverá haver o acompanhamento do cumprimento do plano de recuperação judicial pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme previsto no artigo 61 da Lei 11.101/2005.

TM

Eventual compensação de valores entre recuperanda e o Banco só poderá ocorrer sobre o valor total do crédito declarado pelo Bradesco e seu conglomerado no edital publicado pelo Administrador Judicial e que caso não possua impugnação de crédito aguardando julgamento, onde nesse caso, o valor final deverá ser considerado após julgamento de tal incidente. Nesse sentido, os valores que serão considerados para fins de compensação não devem sofrer qualquer espécie de deságio previsto no plano de recuperação judicial, ou seja, primeiro haverá a compensação de valores pelas partes e após será aplicado os efeitos do plano e seu deságio.

MR

Os procuradores do credor NÃO abrirão mãos dos honorários sucumbenciais ou fixados nas demandas, sendo nula a cláusula que prevê tal



SM



FS

situação, como é o caso da cláusula 7.2 e 7.11, não havendo que se falar de cada parte arcar com os honorários de seu procurador.

Deste modo, além das cláusulas aqui elencadas, deve ser exercido o controle de legalidade pelo Douto Juízo, bem como colhido parecer do Ministério Público sobre as ilegalidades e nulidades do plano, onde os credores que votarem contra não devem ser submetidos a essas cláusulas ilegais.

LO

LD

DA

TM

MR





Laudo de Credenciamento
GRUPO NEXT - 1ª Chamada 30/04/2025

FS

Curitiba/PR, 30/04/2025

Total Geral

total de Credores: 36 / Total de Presentes: 18

50.00% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: 12.025.599,19 / Total do valor dos Presentes: 10.703.817,54

89.01% dos valores Presentes

Classe I - Trabalhista

LD

Total de Credores: 1 / Total de Presentes: 1

100% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: 8.326,07 / Total do valor dos Presentes: 8.326,07

100% dos valores Presentes

DA

Classe III - Quirografário

Total de Credores: 27 / Total de Presentes: 12

VN

44.44% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: 11.989.112,28 / Total do valor dos Presentes: 10.675.214,88

89.04% dos valores Presentes

MR

Classe IV - Microempresa

Total de Credores: 8 / Total de Presentes: 5

62.5% dos credores Presentes

Total do valor dos Credores: 28.160,84 / Total do valor dos Presentes: 20.276,59

72% dos valores Presentes

Presentes 18

Classe I - Trabalhista

NOME

Procurador

Modo de
Participação

CRÉDITOS



SM

LEANDRO LANCONI DE OLIVEIRA

LEANDRO
LANCONI
DE
OLIVEIRA

VIRTUAL

8.326,07

FS

Classe III - Quirografário

BA

BANCO BRADESCO S.A.

Procurador

Modo de
Participação

CRÉDITOS

FELLIPE
THIAGO
MAXIMO

VIRTUAL

1.195.414,66

BLOKTON EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A

LUCIANO
SOARES
PEREIRA

VIRTUAL

772,77

LO

GRAFIN PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.

LUCIANO
SOARES
PEREIRA

VIRTUAL

59.448,32

ICEFRUIT INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

LUCIANO
SOARES
PEREIRA

VIRTUAL

5.131,50

LD

P4R PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA

FERNANDO
JOSE
BONATTO

VIRTUAL

4.906.959,29

THEOPHILO DE OLIVEIRA FRANCO

FERNANDO
JOSE
BONATTO

VIRTUAL

100.000,00

DA

PROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A.

DOUGLAS
FERNANDES
DE
AZEVEDO

VIRTUAL

247.547,14

DELIGEL DISTRIBUIDORA LTDA

CRISTIAN
SANTOS
ANTUNES

VIRTUAL

51.844,71

DM

GUSTAVO VILLELA DE OLIVEIRA

GUILHERMO
PARANAGUA
E CUNHA

VIRTUAL

443.000,00

JAMES RICARDO FILPO JUNIOR

GUILHERMO
PARANAGUA
E CUNHA

VIRTUAL

68.000,00

MD

JULIANO BATISTA FERREIRA

GUILHERMO
PARANAGUA
E CUNHA

VIRTUAL

256.039,32

ITAU UNIBANCO S.A.

HELOISA
FELER
SCHAFFER

VIRTUAL

3.341.057,17

Classe IV - Microempresa

NOME

Procurador

Modo de
Participação

CRÉDITOS

M10A CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

TULIANA
LANGES MACIEL

VIRTUAL

3.343,13

PPS SISTEMAS LTDA

MAIRA
ROBERTA
DOLCIMASCOLO

VIRTUAL

4.738,06

QLS ALIMENTOS EIRELI

MAIRA
ROBERTA
DOLCIMASCOLO

VIRTUAL

3.441,40

TI + INFORMATICA LTDA

MAIRA
ROBERTA
DOLCIMASCOLO

VIRTUAL

2.480,00



SM

SPRADA & ROSSETIM CONTADORES ASSOCIADOS S.S

MARCIA
CRISTINA
SPRADA
ROSSETIM

VIRTUAL

6.274,00

FS

Total em créditos: 10.703.817,54

LO

LD

DA

TM

MR



Laudo de Votação
GRUPO NEXT - 1ª Chamada 30/04/2025

FS

Curitiba/PR, 30/04/2025

aprova o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas? - Plano de recuperação

Total Geral

Total SIM: 15 (83.33%) de 18 | 6.115.501,00 (57.13%) de 10.703.817,54

Total NÃO: 3 (16.67%) de 18 | 4.588.316,54 (42.87%) de 10.703.817,54

Total Abstenção: 0 (0%) de 18 | 0,00 (0%) de 10.703.817,54

Classe I - Trabalhista

LP

	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	1 (100%)	8.326,07(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	1	8.326,07

DA

Classe III - Quirografário

	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	9 (75%)	6.086.898,34(57.02%)
Total NÃO:	3 (25%)	4.588.316,54(42.98%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	12	10.675.214,88

MR

Classe IV - Microempresa

	Total de Votos Cabeça	Total de Votos Créditos
Total SIM:	5 (100%)	20.276,59(100%)
Total NÃO:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Abstenção:	0 (0%)	0,00(0%)
Total Considerado na Classe:	5	20.276,59

Você aprova o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas? - Plano de recuperação

Classe I - Trabalhista

Votos

Nome	Procurador	Créditos	Voto
LEANDRO LANCONI DE OLIVEIRA	LEANDRO LANCONI DE OLIVEIRA	8,326.07	Sim

Nome	Procurador	Créditos	Voto
------	------------	----------	------



SM

Classe III - Quirografário

Votos

FS

BANCO BRADESCO S.A.	FELLIPE THIAGO MAXIMO	1,195,414.66	Não
BLOKTON EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A	LUCIANO SOARES PEREIRA	772.77	Sim
DISTRIBUIDORA LTDA	CRISTIAN SANTOS ANTUNES	51,844.71	Não
COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A.	DOUGLAS FERNANDES DE AZEVEDO	247,547.14	Sim
GRAFIN PARTNERS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.	LUCIANO SOARES PEREIRA	59,448.32	Sim
GUSTAVO VILLELA DE OLIVEIRA	GUILHERMO PARANAGUA E CUNHA	443,000.00	Sim
ICEFRUIT INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	LUCIANO SOARES PEREIRA	5,131.50	Sim
ITAU UNIBANCO S.A.	HELOISA FELER SCHAFFER	3,341,057.17	Não
JAMES RICARDO FILPO JUNIOR	GUILHERMO PARANAGUA E CUNHA	68,000.00	Sim
JULIANO BATISTA FERREIRA	GUILHERMO PARANAGUA E CUNHA	256,039.32	Sim
P4R PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	FERNANDO JOSE BONATTO	4,906,959.29	Sim
THEOPHILO DE OLIVEIRA FRANCO	FERNANDO JOSE BONATTO	100,000.00	Sim

LP

Classe IV - Microempresa

Votos

DA

Nome	Procurador	Créditos	Voto
M10A CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA	TULIANA LANGES MACIEL	3,343.13	Sim
PPS SISTEMAS LTDA	MAIRA ROBERTA DOLCIMASCOLO	4,738.06	Sim
QLS ALIMENTOS EIRELI	MAIRA ROBERTA DOLCIMASCOLO	3,441.40	Sim
SPRADA & ROSSETIM CONTADORES ASSOCIADOS S.S	MARCIA CRISTINA SPRADA ROSSETIM	6,274.00	Sim
TI + INFORMATICA LTDA	MAIRA ROBERTA DOLCIMASCOLO	2,480.00	Sim

MR





Assembleia: GRUPO NEXT - 1ª Chamada 30/04/2025

FS

Justificativas incluídas no momento do Voto!

Justificativas feitas por Procuradores!

[Handwritten signature]

Enquete	Procurador	
Você aprova o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas?	FELLIPE THIAGO MAXIMO	
Credores	Classe	Voto
BANCO BRADESCO S.A.	Quirografário	Não

LO

LD

Justificativa

RESSALVAS BANCO BRADESCO E SEU CONGLOMERADO:

DA

O Banco Bradesco e seu conglomerado discorda das condições do plano de pagamento apresentado, discorda igualmente do elevadíssimo deságio proposto e demais condições apresentadas, quais contrariam o previsto na lei 11.101/2005.

TM

Conforme previsto na Lei 11.101/2005 as garantias pessoais e reais ficam preservadas, ou seja, o direito do credor em buscar o recebimento de seu crédito em face das garantias contratuais e dos coobrigados/avalistas/devedores solidários ficam preservados e qualquer cláusula contraria deve ser declarada nula pelo D. Juízo face o controle de legalidade do plano, como é o caso da cláusula 7.2, 7.3, 7.4 não havendo que se falar em novação da dívida para essas garantias, conforme previsto no art. 49, § 1.º e 3º, e art. 59 da lei 11.101/2005.

MR

Igualmente não deverá ocorrer a extinção e/ou suspensão das ações e/ou cobrança dos coobrigados/avalistas/devedores solidários e das garantias, como previsto nas cláusulas 7.2, 7.3, 7.4 sendo a mesma nula, não havendo que se falar em novação da dívida para essas garantias, conforme previsto no art. 49, § 1.º E 3º, e art. 59 da lei 11.101/2005, bem como será mantido os protestos e restrições em face dos mesmos.

O descumprimento do plano já no vencimento da primeira parcela pode ensejar sua falência e/ou a possibilidade da execução do plano pelo credor, não havendo que se falar em nova assembleia de

SM

credores ou aguardar o vencimento de parcelas, nos termos dos artigos 73, inciso IV e 94 da lei 11.101/2005.

FS

Poderá incidir IOF na contabilização das operações, na forma da legislação vigente, qual deve ser arcada pelas Recuperandas, cujo valor é devido ao Estado.

AS

LD

A Recuperanda caso queira alienar seus ativos, deve o fazer na forma do art. 142, inciso I, da Lei 11.101/2005, sendo que o Banco Bradesco e seu conglomerado, se reservam ao direito de não anuir em provável alienação de bens alienados ou gravados com hipoteca em seu favor, conforme previsto no art. 50, § 1.º, da Lei 11.101/2005.

LP

É nula a cláusula 7.10, onde não há que se falar em devolução de valores recebidos, uma vez que se houve pagamento e/ou acordo seja pela recuperanda, seja por avalistas/sócios/devedores solidários, este deve prevalecer ao disposto no plano, qual é plenamente valido o pagamento/acordo realizado.

DA

Havendo pagamento, deverá haver tão somente o desconto do valor recebido do saldo devedor a ser pago ou no caso de pagamento integral, ser excluído o credor da recuperação.

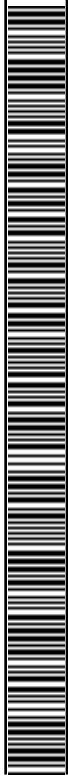
DTM

Deverá haver o acompanhamento do cumprimento do plano de recuperação judicial pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme previsto no artigo 61 da Lei 11.101/2005.

MR

Eventual compensação de valores entre recuperanda e o Banco só poderá ocorrer sobre o valor total do crédito declarado pelo Bradesco e seu conglomerado no edital publicado pelo Administrador Judicial e que caso não possua impugnação de crédito aguardando julgamento, onde nesse caso, o valor final deverá ser considerado após julgamento de tal incidente. Nesse sentido, os valores que serão considerados para fins de compensação não devem sofrer qualquer espécie de deságio previsto no plano de recuperação judicial, ou seja, primeiro haverá a compensação de valores pelas partes e após será aplicado os efeitos do plano e seu deságio.

Os procuradores do credor NÃO abrirão mãos dos honorários sucumbenciais ou fixados nas demandas, sendo nula a cláusula que prevê tal situação, como é o caso da cláusula 7.2 e 7.11, não havendo que se falar de cada parte arcar com os honorários de seu procurador.



Desse modo, além das cláusulas aqui elencadas, deve ser exercido o controle de legalidade pelo Douto Juízo, bem como colhido parecer do Ministério Público sobre as ilegalidades e nulidades do plano, onde os credores que votarem contra não devem ser submetidos a essas cláusulas ilegais.

FS



LO

LD

DA

TM

MR




Autenticação eletrônica 17/18
Data e horários em GMT -3:00 Sao Paulo
Última atualização em 30 abr 2025 às 14:32
Identificador: 045ee03f68fc999ee9db091fef5c4bf3569ccb1fc55bcda42

Página de assinaturas


Douglas Azevedo
400.811.828-48
Signatário



Suzana Manocchio
024.235.659-17
Signatário



Tuliana Maciel
007.331.590-79
Signatário


Leandro Oliveira
057.598.289-67
Signatário


Marcia Rossetim
610.798.399-68
Signatário


Fellipe Maximo
072.278.759-62
Signatário


Luciano Pereira
936.144.209-06
Signatário


Fernando Sperb
016.465.559-02
Signatário

HISTÓRICO

30 abr 2025

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXEX 3NPV5 WAWY4 SMZ73



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 42935dc45e05bbd7ab45bf0c2daf79137b7f1522514e6659eaa7acbd0f439b0a
<https://valida.ae/045ee03f68fc999ee9db091fef5c4bf3569ccb1fc55bcda42>





Autenticação eletrônica 18/18
Data e horários em GMT -3:00 Sao Paulo
Última atualização em 30 abr 2025 às 14:32
Identificador: 045ee03f68fc999ee9db091fef5c4bf3569ccb1fc55bcda42

- 14:28:37

Assemblex LTDA criou este documento. (Empresa: Assemblex LTDA, CNPJ: 24.092.269/0001-03, Email: contato@assemblex.com.br, CPF: 345.218.128-64)
- 30 abr 2025
14:29:21

Suzana Valenza Manocchio (Email: suzana@credibilita.adv.br, CPF: 024.235.659-17) visualizou este documento por meio do IP 177.92.48.19 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:29

Suzana Valenza Manocchio (Email: suzana@credibilita.adv.br, CPF: 024.235.659-17) assinou este documento por meio do IP 177.92.48.19 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:28:59

Fernando Augusto Sperb (Email: sperb@amsbc.com.br, CPF: 016.465.559-02) visualizou este documento por meio do IP 177.161.217.48 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:32:50

Fernando Augusto Sperb (Email: sperb@amsbc.com.br, CPF: 016.465.559-02) assinou este documento por meio do IP 177.161.217.48 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:30:14

Fellipe Thiago Maximo (Email: fellipe@denionovaes.adv.br, CPF: 072.278.759-62) visualizou este documento por meio do IP 191.177.136.44 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:31:02

Fellipe Thiago Maximo (Email: fellipe@denionovaes.adv.br, CPF: 072.278.759-62) assinou este documento por meio do IP 191.177.136.44 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:04

Leandro Lanconi de Oliveira (Email: leandrolanconi@gmail.com, CPF: 057.598.289-67) visualizou este documento por meio do IP 177.92.49.171 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:30:02

Leandro Lanconi de Oliveira (Email: leandrolanconi@gmail.com, CPF: 057.598.289-67) assinou este documento por meio do IP 177.92.49.171 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:31:16

Luciano Soares Pereira (Email: luciano@loyolanogueira.com.br, CPF: 936.144.209-06) visualizou este documento por meio do IP 177.220.187.229 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:32:33

Luciano Soares Pereira (Email: luciano@loyolanogueira.com.br, CPF: 936.144.209-06) assinou este documento por meio do IP 177.220.187.229 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:04

Douglas Fernandes de Azevedo (Email: douglas.azevedo@lbca.com.br, CPF: 400.811.828-48) visualizou este documento por meio do IP 200.153.242.47 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:08

Douglas Fernandes de Azevedo (Email: douglas.azevedo@lbca.com.br, CPF: 400.811.828-48) assinou este documento por meio do IP 200.153.242.47 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:38

Tuliana Langes Maciel (Email: contato@m10a.com.br, CPF: 007.331.590-79) visualizou este documento por meio do IP 191.243.9.209 localizado em Palhoça - Santa Catarina - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:46

Tuliana Langes Maciel (Email: contato@m10a.com.br, CPF: 007.331.590-79) assinou este documento por meio do IP 191.243.9.209 localizado em Palhoça - Santa Catarina - Brazil
- 30 abr 2025
14:29:02

Marcia Cristina Sprada Rossetim (Email: marcia@sprada.com.br, CPF: 610.798.399-68) visualizou este documento por meio do IP 200.142.147.90 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil
- 30 abr 2025
14:30:30

Marcia Cristina Sprada Rossetim (Email: marcia@sprada.com.br, CPF: 610.798.399-68) assinou este documento por meio do IP 200.142.147.90 localizado em Curitiba - Paraná - Brazil

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJEX 3NPV5 WAWY4 SMZ73

